



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Gabriela Nunes Ferreira

Universidade Federal de São Paulo,
Curso de Ciências Sociais – Área de
Ciência Política, Guarulhos – SP, Brazil
(gabinf@uol.com.br).

(Barão do) Rio Branco, entre a Monarquia e a República

(Baron of) Rio Branco, between the Monarchy and the Republic

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e20003>

Recebido em 11 de fevereiro de 2019

Aprovado em 3 de março de 2019

Resumo

O artigo utiliza a obra Juca Paranhos, o barão do Rio Branco, de Luís Cláudio Villafañe Santos (Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 560p) para examinar a relação de José Maria da Silva Paranhos com os regimes políticos em que atuou.

Abstract

This article uses Luís Cláudio Villafañe Santos's book *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco* (Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 560p), to review José Maria da Silva Paranho's relationship with the political regimes in which he served.

Palavras-chave: História da Política Exterior do Brasil; Barão do Rio Branco; Política Externa da Primeira República; Biografia.

Keywords: History of Brazilian Foreign Policy; Baron of Rio Branco; Brazilian Foreign Policy under the First Republic; Biography.

A República alcançou José Maria da Silva Paranhos Júnior aos 44 anos, já homem maduro, nascido e criado no seio dos altos círculos da sociedade e da política do Segundo Reinado. Filho do visconde do Rio Branco, um dos mais influentes membros da elite política imperial, era monarquista convicto. No entanto, foi a república que projetou seu nome, abrindo espaço para seu extraordinário desempenho no campo da política exterior. Como foi vivida por Paranhos essa transição entre os dois regimes políticos? É essa questão que norteará os presentes comentários sobre a obra *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*, de Luís Cláudio Villafañe Santos, lançada em 2018 pela Companhia das Letras.

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Longe de cair no vício contra o qual nos alertava Bourdieu em “A ilusão biográfica”, Santos não apresenta a vida do biografado como “um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto” (Bourdieu, 1996, p.184). Através do livro, acompanhamos o desenrolar da trajetória do barão do Rio Branco na sua complexidade, com suas contradições, hesitações, decisões difíceis a serem tomadas nas diversas esferas de sua vida, em contextos sujeitos a constantes transformações. Rio Branco é retirado do pedestal em que é comumente colocado e tratado em sua condição de homem que, como todos nós, tem seus afetos, desafetos, vida familiar, necessidades materiais. Homem que, apesar de seus grandes méritos, vai incorrer, também como todos nós, em erros e atitudes nem sempre muito abonadoras.

A postura de Rio Branco diante da mudança de regime político no Brasil poderia, no limite, ser tachada de incoerente ou, pior ainda, oportunista. Ocupando desde 1876 o cargo de cônsul-geral do Brasil em Liverpool, Paranhos Júnior viu-se, com a mudança de regime, diante da possibilidade concreta de perder o emprego do qual dependia para sua sobrevivência e a de seus familiares. Optou por, mesmo preservando seus valores aristocráticos e sua preferência pelo regime monárquico – aos quais dava vazão na relação com seus amigos monarquistas e através de escritos anônimos – dançar conforme a música e atrair para si a boa vontade dos governos republicanos.

Santos aponta, em diversas passagens, os esforços de Rio Branco nessa direção. Mostra como, já antes da queda da monarquia, percebendo a crise do regime, ele se preocupou com sua imagem excessivamente ligada ao regime que agonizava. De volta a Liverpool após sua passagem pelo Brasil em 1887, optou por substituir, no papel timbrado para uso na repartição, a expressão “Consulado-Geral do Império do Brasil” por “Consulado-Geral do Brasil”. Por outro lado, fez questão de acompanhar o imperador no navio que o levou para tratamento médico na Europa (p. 119). Mais tarde, em 1888, agraciado com o título de barão, hesitou em usar o título, com medo de retaliações em caso de queda da monarquia. Foi por insistência dos amigos monarquistas que teria se decidido a assinar “barão do Rio Branco”, “redobrando sua aposta na continuidade da monarquia e no sonho do Terceiro Reinado capitaneado pela imperatriz Isabel” (p. 125). Com essa aposta em mente dedicou-se, em 1889, ano em que o Brasil se fez representar na Exposição Universal de Paris, a escrever obras para promover a monarquia brasileira e reivindicar seu lugar no rol das nações civilizadas – tarefa mais fácil depois que o país removera a mancha da escravidão.

Mas veio a república, para profundo desgosto de Paranhos. A despeito de seu sincero afeto por D. Pedro II, optou por não ir recebê-lo publicamente em Lisboa, onde, destronado, daria início ao seu exílio. O contato foi mantido, mas sempre de forma privada e discreta. Preocupado em conservar seu cargo em Liverpool, Rio Branco inaugurou naquele momento uma narrativa sobre si próprio que ele sustentaria pelo resto da vida: a do homem apartidário, dedicado a representar e defender a nação na esfera da política externa, terreno alheio às vicissitudes da política interna. Em dezembro de 1889, nota Santos, no relatório enviado ao ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiuva, Paranhos “insistiu no caráter apolítico que atribuía a suas funções de cônsul” (Santos, 2018, p. 148).

Se, por um lado, procurou se aproximar de autoridades do novo regime, por outro, protegido pelo anonimato, Rio Branco ligou-se ao grupo dos “monarquistas de pena”, composto, como observa

Angela Alonso (2009), por órfãos da sociedade de Corte que atacavam o novo regime em seus escritos. Paranhos, revela Santos, teria colaborado com Eduardo Prado na redação dos artigos publicados na *Revista de Portugal* entre dezembro de 1889 e junho de 1890 sob o pseudônimo Frederico de S., depois reunidos no volume *Fastos da ditadura militar no Brasil*. Mais tarde, entre 1891 e 1892, sob o pseudônimo Ferdinand Hex, passou a publicar textos no *Jornal do Brasil*, folha de oposição aos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto fundada por Rodolfo Dantas, ao lado de Joaquim Nabuco e Gusmão Lobo. Em várias passagens, Santos chama a atenção para a ambivalência de Rio Branco, dividido entre a necessidade de agradar os chefes do novo regime e a ligação com seus amigos “monarquistas de pena”: “Certamente, assim como o presidente [Floriano Peixoto] desconhecia o real grau de participação de Rio Branco no *Jornal do Brasil*, seus companheiros no diário não tinham ciência das trocas de gentilezas entre ele e o marechal Floriano” (p. 159).

Interessante e reveladora da forma como Paranhos viveu a transição entre os dois regimes foi a maneira pela qual lidou com o próprio nome. De um lado, seria impróprio e, a partir de 1891, inconstitucional, manter o título de barão do Rio Branco. De outro, Rio Branco era o nome que, de certa maneira, herdara do pai, e remetia aos seus afetos e valores mais profundos, formados ainda no seio da monarquia. A solução foi conciliadora: acrescentou “Rio Branco” ao seu nome, tornando-se José Maria Paranhos do Rio Branco e assinando, muitas vezes, somente “Rio Branco”.

Quando em 1893, depois de muito empenho, conseguiu ser convidado por Floriano Peixoto para finalmente sair da função inócua de cônsul em Liverpool e exercer o protagonismo como plenipotenciário brasileiro para a arbitragem da questão de Palmas, justificou-se perante os companheiros monarquistas demonstrando surpresa pelo convite. Com o sucesso da missão, seu nome começou a ganhar fama. Foi nesse período, mostra Santos, que Joaquim Nabuco, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, inaugurou mais uma das narrativas sobre Rio Branco que o próprio trataria de alimentar: a do “herói relutante”, que só saíra do anonimato a pedidos, por senso de dever e patriotismo.

Com o passar do tempo, a polarização entre monarquia e república ficou para trás. Mas as narrativas mais marcantes sobre o personagem Rio Branco, alimentadas pelo próprio, parecem ter se originado no contexto da difícil transição entre os dois regimes: a do homem dedicado à política externa, alheio às clivagens da política interna; e a do herói relutante, chamado contra a sua vontade a servir ao país. Uma terceira narrativa, dessa vez não sobre o personagem mas sobre a história do Brasil e de suas relações exteriores, foi consistentemente alimentada por Rio Branco, quiçá em parte também com raízes na traumática mudança de regime: a negação da ruptura, a ênfase na continuidade entre Império e República no campo das relações exteriores. Um bom exemplo é o malabarismo feito por Rio Branco para encaixar o americanismo republicano no interior de uma suposta longa tradição de amizade entre Brasil e Estados Unidos, que remontaria ao reconhecimento da independência brasileira por Washington – versão, como lembra Santos, com pouco amparo nos fatos históricos.

É por tratar a trajetória de Rio Branco em toda a sua complexidade que a obra de Luís Cláudio Villafañe Santos nos dá, também, a chave para entender melhor a forma como Paranhos viveu a transição entre os dois regimes. Um ponto fundamental é que os Paranhos careciam de lastro social,

que naquele contexto significava propriedade de terras e escravos. O pai, o visconde do Rio Branco, alcançou por seus próprios méritos uma excelente posição na sociedade de Corte, foi um dos grandes chefes do Partido Conservador e chegou ao topo da elite política imperial. Mas contava com o filho José Maria para consolidar a posição da família através de um bom casamento, plano que ruiu com a inesperada gravidez da namorada de Juca, para seu horror uma corista belga.

Graças ao prestígio do visconde, Paranhos Júnior – que não demonstrara, como deputado, qualquer aptidão para a política – conseguiu o cargo em Liverpool, fundamental para garantir o sustento de sua família. Com a morte do pai, em 1880, as responsabilidades familiares pesaram ainda mais sobre os ombros do futuro barão.

Rio Branco não poderia passar anos de luto pela monarquia, nem assumir abertamente a oposição ao novo regime, como fizeram vários de seus amigos. É verdade que seus valores eram os da monarquia decaída, sua cabeça era saquarema. Mas ele precisou encontrar formas, às vezes tortuosas, de conciliar esses valores com os desafios ditados por suas condições materiais de existência. Ao fim e ao cabo, deu certo; pois foi na república que ele projetou sua carreira e se tornou não um barão entre outros mas, como observa Santos, o Barão.

Referências bibliográficas

- Alonso, Angela. Arrivistas e decadentes – O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. São Paulo, *Novos Estudos Cebrap*, n. 85, nov. 2009.
- Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: Ferreira, Marieta (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.